Fundação Getulio Vargas
Veículo: Revista Conjuntura Econômica - SP
Data: 01/08/2022
Tópico: FGV Social
Página: Capa/30-39
Editoria: ESPECIAL

Carta do IBRE
Mercado de trabalho surpreende, mas problemas estruturais permanecem

Ponto de Vista
Como ler a economia americana?

Entrevista
Vilma da Conceição Pinto
Diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI)

CONJUNTURA ECONÔMICA

FGV IBRE Editada desde 1947 • www.conjunturaeconomica.com.br • Agosto 2022 • volume 76 • nº 08

Mercado de carbono
Um marco legal para o Brasil

Equilíbrio fiscal
ICMS e o risco para os estados

Inflação e obras públicas
Mitigar desequilíbrios em contratos

Artigos
Fernanda Delgado
José Roberto R. Afonso
Samuel Pessôa
Vilma da Conceição Pinto

COMBATE À POBREZA

Sem calibragem das políticas de proteção social e atenção à inclusão produtiva, parte do Brasil seguirá sem chances de prosperar

Fundação Getulio Vargas
Veículo: Revista Conjuntura Econômica - SP
Data: 01/08/2022
Tópico: FGV Social
Página: Capa/30-39
Editoria: ESPECIAL

SOCIAL

COMBATE À POBREZA

Sem calibragem das políticas de proteção social e atenção à inclusão produtiva, parte do Brasil seguirá sem chances de prosperar

Solange Monteiro, do Rio de Janeiro

Em julho de 2020, a rotina na cozinha de Maria Conceição Vieira em São João do Meriti, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, virou do avesso. A medida de arroz que normalmente ia para a panela subiu de 1 xícara para 10 quilos. A dos demais alimentos cresceu na mesma proporção, e estes passaram a preencher marmitas de papel distribuídas a moradores de rua e famílias carentes cadastradas em instituições e igrejas da região.

Fundação Getulio Vargas
Veículo: Revista Conjuntura Econômica - SP
Data: 01/08/2022
Tópico: FGV Social
Página: Capa/30-39
Editoria: ESPECIAL

Tudo começou quando, ao ver a necessidade de muitos que perderam sua fonte de renda com a pandemia, Maria buscou ajuda da ONG Gastromotiva, na qual tinha estudado empreendedorismo em gastronomia para aprimorar a produção e venda dos bolos que fabricava para se manter. Apresentou à organização uma proposta de apoio à população vulnerável de seu entorno, que foi aprovada, e passou a receber treinamento, insumos e ajuda financeira para oferecer cerca de 400 refeições semanais. "Com o tempo, consegui três voluntárias de outros bairros, a quem ensinei as práticas de aproveitamento do alimento por inteiro, padronização das marmitas, plantio de temperos, e que também passaram a cozinhar. Sempre que conseguimos mais doações por nossa conta, ampliamos a quantidade de comida, para aliviar o estômago de mais gente", conta. Agora sob mentoria da UFRJ, Maria estrutura um plano de captação de recursos para garantir vida própria ao seu projeto de cozinha solidária Carolina Maria de Jesus, batizado em homenagem à catadora de papel que figura entre as primeiras escritoras negras publicadas no Brasil, autora de *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, de 1960. "Espero levar esse trabalho adiante, com recursos suficientes para ajudar financeiramente também os voluntários que estão comigo", diz.

Maria é uma célula dentro de um universo de programas que surgiram para mitigar o preocupante aumento da insegurança alimentar no Brasil. Na Gastromotiva, a coordenação de uma rápida resposta ao choque da pandemia se deu a partir da captação de doações e da coordenação de turnos de 50 núcleos de cozinheiros que replicaram em favelas e periferias o modelo de trabalho do restaurante-escola Refettorio, localizado no bairro carioca da Lapa, de onde saem semanalmente 2,3 mil quentinhas que são distribuídas no Centro da cidade. Nesse misto de capacitação e serviço social que envolveu, em períodos distintos, o total de 150 cozinhas solidárias, a ONG impulsionou a distribuição de mais de 1,6 milhão de refeições em dois anos no Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Manaus e Bahia. "Colaborou nesse período um aumento exponencial de editais emergenciais lançados no contexto da pandemia, a maioria voltada ao combate à fome, aos quais recorremos para ajudar a financiar nossas ações", conta Winnee Louise, especialista em Impacto Social da ONG fundada pelo *chef* David Hertz. Com a situação sanitária voltando ao normal, a oferta de editais de fomento a projetos de impacto social também registra o retorno a uma

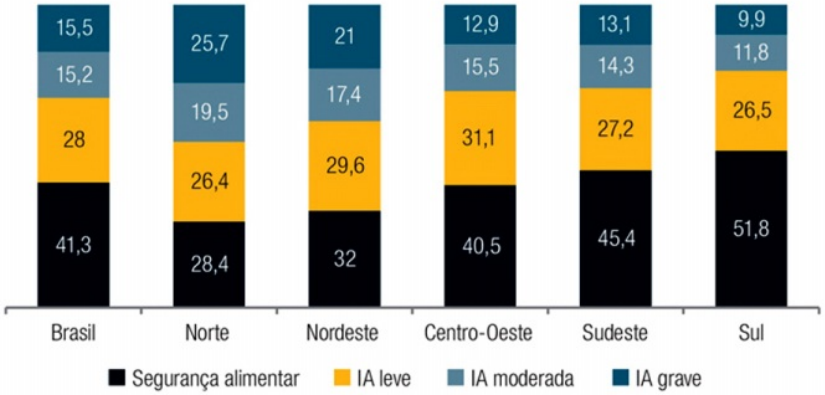
Fundação Getulio Vargas
Veículo: Revista Conjuntura Econômica - SP
Data: 01/08/2022
Tópico: FGV Social
Página: Capa/30-39
Editoria: ESPECIAL

particular normalidade, *non grata*, de queda, tendência que já vinha sendo observada antes da pandemia, diz Winnee. "Estudamos formas de garantir uma receita contínua, pois se a situação no campo da saúde já não é emergencial, a realidade da fome se mantém alarmante", afirma, destacando levantamento da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan) feito entre novembro de 2021 e abril de 2022, apontando 33,1 milhões de pessoas em situação de fome no Brasil, contra 19 milhões na pesquisa feita em dezembro de 2020. Uma proporção que, em determinadas regiões do país, como Norte e Nordeste, supera a média observada na América Latina e Caribe calculada pela FAO.

A preocupação com a fome é a preocupação com uma das faces mais dramáticas da escalada da pobreza. Se aliviá-la é primordial, eliminá-la depende de uma agenda que se revela ainda mais desafiadora. Desde o início da pandemia, como reportado pela *Conjuntura Econômica* em meados de 2020 (https://bit.ly/3p08bOT) e de 2021 (https://bit.ly/3P6fteC), especialistas se debruçam no desenho de políticas para reformar o sistema de proteção social brasileiro e comportar dentro do Orçamento da União uma demanda ampliada, sob um contexto complexo também para a reinserção no mundo do trabalho. "Muito do setor informal foi destruído pela pandemia, e a economia brasileira se modernizou nesse período", lembra Ricardo Paes de Barros, especialista em estudos sobre desigualdade, pobreza e mercado de trabalho, coordenador da cátedra do Instituto Ayrton Senna no Insper. "As estratégias de sobrevivência dos mais pobres foram destruídas, e muitas não serão reconstruídas", diz.

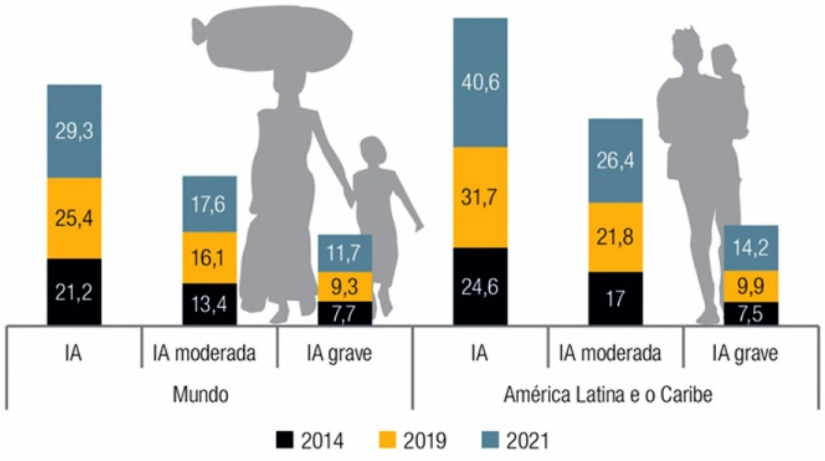
Fome, espelho da pobreza

Distribuição (%) da segurança e insegurança alimentar (IA) no Brasil 2021/22



Fonte: II Vigisan (https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf).

Insegurança alimentar (IA) no mundo e na América Latina e o Caribe



Fonte: FAO 2022 (https://www.fao.org/3/cc0640es/cc0640es.pdf).

Não basta orçamento

Até agora, os mecanismos acionados para mitigar o aumento da pobreza e da fome no Brasil desde o estouro da pandemia colocaram a população vulnerável em uma montanha-russa, como ilustra Marcelo Neri, diretor do FGV Social, e Marcos Hecksher, pesquisador do Ipea. Se de um lado o país não poupou em transferência de recursos para amparar a população logo no início do choque sanitário, os economistas mostram que a falta de um modelo de transição entre a primeira fase

Fundação Getulio Vargas
Veículo: Revista Conjuntura Econômica - SP
Data: 01/08/2022
Tópico: FGV Social
Página: Capa/30-39
Editoria: ESPECIAL

do auxílio emergencial, encerrada em dezembro de 2020, e as demais etapas levou a uma variação no nível de pobreza cujo pico atingiu 238,5% – entre os 3,9% registrados em agosto de 2020 para 13,2% em março de 2021, mês anterior ao início da segunda fase do auxílio, elevando a pobreza novamente ao nível registrado no primeiro mês da pandemia. "A renda mensal dos 10% mais pobres já vinha em queda antes da chegada da Covid-19 ao Brasil e despencou a menos da metade no início do isolamento social (R$ 114 em novembro de 2019 a R$ 52 em março de 2020). Desde este mínimo, a renda do grupo foi mais do que quadruplicada até seu pico histórico em agosto do mesmo ano (R$ 215), na fase mais generosa do auxílio emergencial. Daquele valor de pico, desabou, ficando 15,8% abaixo do nível pré-pandemia (R$ 96 em novembro de 2021). E este último projeta tendência negativa, pois incorpora os valores nominais fixados do novo Auxílio Brasil face o cenário prospectivo de inflação alta, especialmente para a baixa renda", descrevem, em estudo.

Foto: Misael Gonçalo

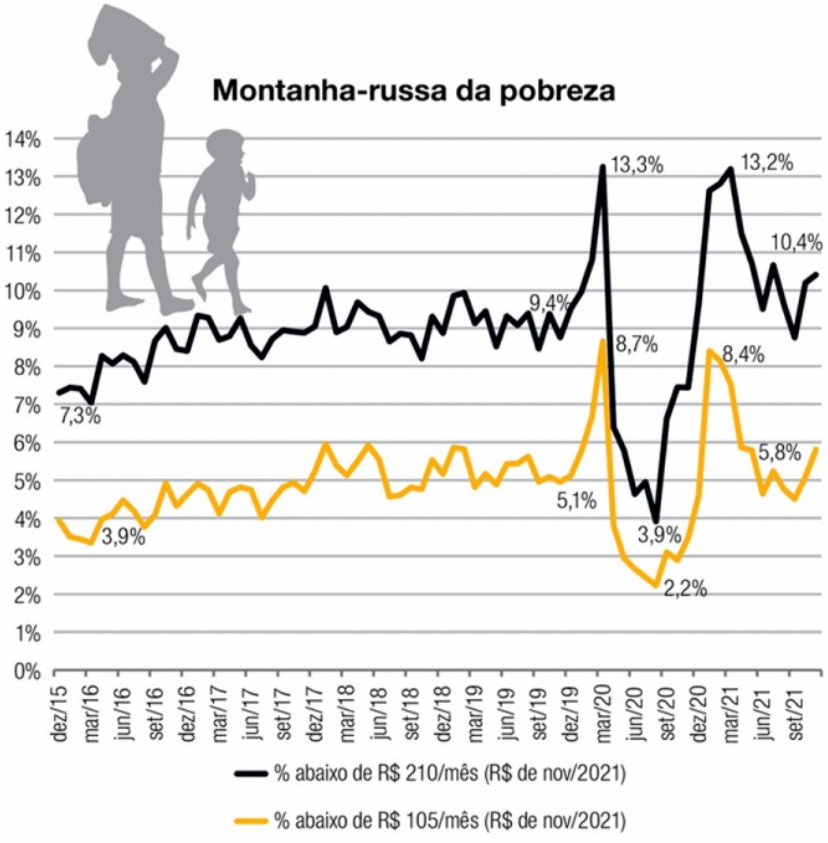
Tais conclusões conversam com outro levantamento, feito pela pesquisadora do FGV IBRE Janaína Feijó, que demonstra o salto e o tombo da renda da população mais pobre nos últimos anos. A partir de uma curva de incidência do crescimento – que permite analisar a mudança proporcional de um indicador de padrão de vida em dois pontos no tempo –, Janaína mostra que, enquanto a queda de rendimento médio no Brasil em 2020 comparando com 2019 foi de -4,6%, os 10% mais pobres registraram um aumento de 15%. "Em 2021, entretanto, nesse mesmo grupo a renda despencou 31,6%, para uma retração média, no agregado da população, de 6,6% em relação ao ano anterior", afirma, lembrando que tal variação se deveu especialmente à mudança no valor e cobertura dos benefícios que, por sua vez, passaram a ganhar mais importância no orçamento das famílias mais pobres. Janaína ressalta que a participação dos programas sociais na renda domiciliar *per capita* da população deu um importante salto, aumentando em mais de 10 pontos percentuais no Sudeste em 2021 em relação a 2019, e chegando a 80% do total no Nordeste.

E se o que se vê pelo espelho retrovisor é uma evolução pouco coordenada para o combate à pobreza de forma estrutural, o que os especialistas estimam adiante tampouco é alentador. Às vésperas de eleição

presidencial, com a pobreza escalando e a inflação corroendo renda, governo e Congresso decidiram por um aumento do benefício do Auxílio Brasil para R$ 600 até o fim do ano. Valor que, projetam pesquisadores e declaram candidatos à Presidência, permanecerá de 2023 para frente. "Ter um programa com mais recursos é um resultado extremamente bem-vindo. O Bolsa Família já precisava de um espaço fiscal maior para se tornar mais generoso", avalia Ricardo Paes de Barros, conhecido como PB, ressaltando que a linha de pobreza de R$ 210 por mês, que referencia o programa, é baixa. "A sociedade, entretanto, tem que pensar: ok, precisávamos disso. Mas onde queremos chegar?", questiona.

PB lembra que, diferentemente do histórico do Bolsa Família, que começou com a centralização e expansão ordenada de um grupo de programas sociais operados na gestão de Fernando Henrique Cardoso – Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás –, hoje as decisões tomadas sobre o Auxílio Brasil ocorrem de forma tumultuada. "Em geral, tudo que aconteceu no Bolsa Família foi precedido de amplo debate. Eu mesmo cheguei a discordar de algumas mudanças, que ainda assim tinham sua lógica. Hoje, entretanto, as coisas são alteradas e não sei exatamente quem discutiu, em qual documento que está a base que justifica os valores, as maneiras de fazer esse benefício", afirma. O resultado dessa dinâmica, indica, é um programa de eficácia reduzida. "O auxílio emergencial até podia começar meio cego, dada as circunstâncias, mas não terminar cego, como no Auxílio Brasil. Hoje menos da metade das transferências públicas estão indo para os 20% mais pobres. E não adianta muito aumentar o orçamento do programa se ele não chega a quem mais precisa."

Vinicius Botelho, ex-secretário nos ministérios do Desenvolvimento Social e da Cidadania, ex-pesquisador do FGV IBRE, lembra que a principal causa dessa perda de eficiência foi o nivelamento do benefício básico, com a instituição por lei do auxílio extraordinário de forma permanente. A lei passou a valer em maio deste ano, garantindo a toda família beneficiária o valor de R$ 400, desconsiderando as diferentes demandas de cada uma – como a presença ou não de crianças, tal como no desenho original, que acompanhava a lógica do Bolsa Família. "Isso tem levado a dois efeitos importantes", diz Botelho, a começar pela própria redução da efetividade da política social. "Quando medimos se a família é pobre ou não, estamos medindo o rendimento *per capita*. Agora, como deixamos de considerar essa informação no pagamento de benefícios, tende a existir uma distância maior entre valores recebidos e a necessidade de cada família", descreve. Ou seja, supondo uma família formada de um casal com três filhos, esta ainda ficaria abaixo da linha da pobreza com o benefício de R$ 400, exigindo complemento do Benefício de Superação da Extrema Pobreza (BSP)



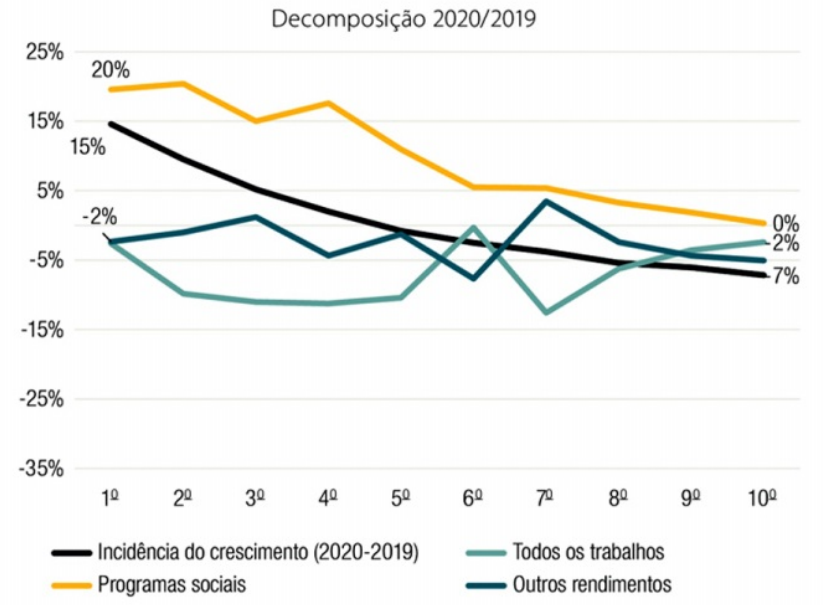
Fonte: FGV Social, elaboração própria com mensalização da PNADC/IBGE.

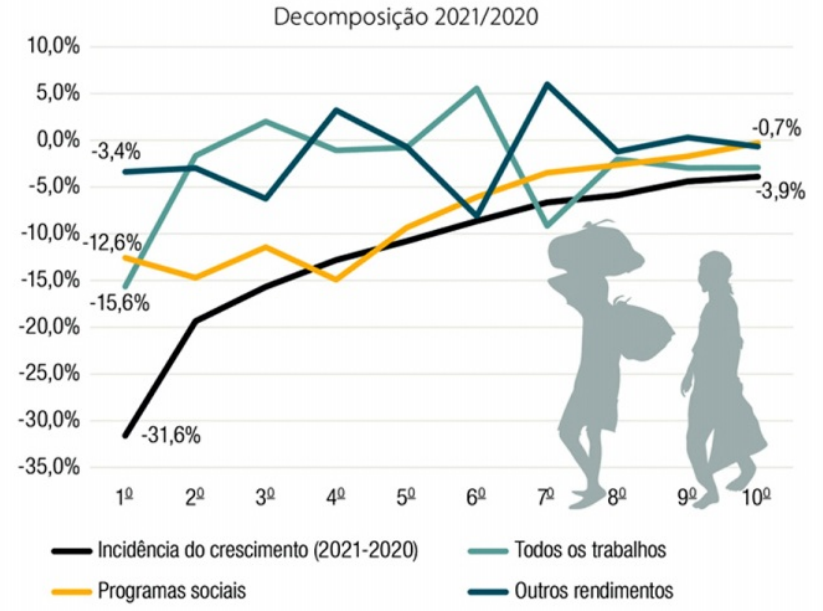
para alcançar o mínimo de R$ 105 *per capita*, enquanto em uma família unipessoal a renda *per capita* será de R$ 400. Tal disparidade levou a outro efeito, descreve Botelho, de estimular o fracionamento de famílias no Cadastro Único para garantir mais de um benefício. "Com a mudança drástica de valor do benefício, e esses incentivos perversos colocados, corremos o risco de reduzir estruturalmente a capacidade da política social de chegar nos mais pobres. Se essa divisão de famílias realmente se concretizar, vai demorar para ser revertida, e o Cadastro Único irá perdendo qualidade", afirma.

Tal diagnóstico é reforçado por PB, que ainda soma a esse quadro a desatualização de parte do Cadastro Único, "que já está próxima dos 50%", diz. "Estamos destruindo a base de conhecimento que usamos para gastar esse dinheiro todo que pedimos para a sociedade. Seja porque o Cadastro não está atualizado, seja porque estamos fazendo um cadastramento de qualquer jeito", reitera. O especialista defende que melhorar essa base depende da valorização da assistência local. "Se não for dado total apoio para o desenvolvimento social local, em particular para as equipes dos centros de referência da assistência social (Cras) realizarem esse cadastramento olho no olho, acompanhado de visitas domiciliares, não haverá um bom cadastro. E não adianta ampliar orçamento se a base informacional for precária."

Outro desafio, não menor, será encaixar no orçamento o aumento de despesa com o Auxílio Brasil a partir

Crescimento do rendimento domiciliar *per capita* médio





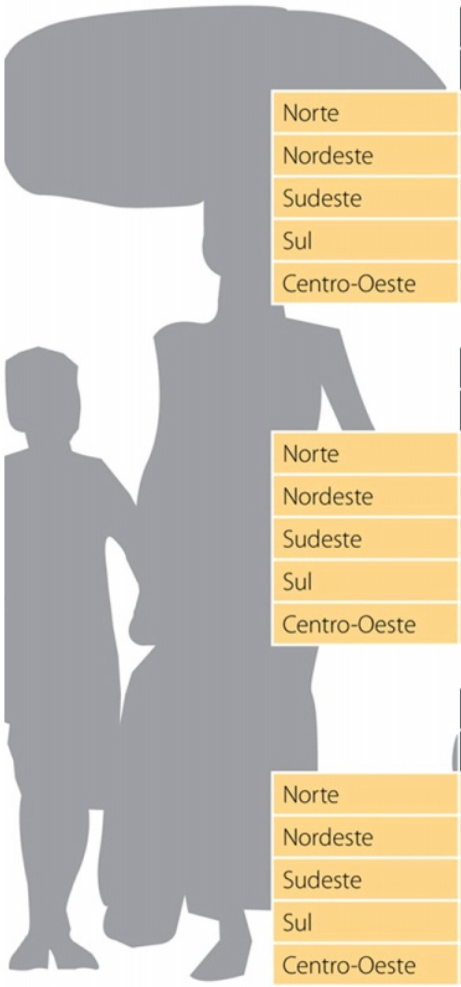
Fonte: FGV IBRE.

do ano que vem, caso se confirme a manutenção do benefício de R$ 600. Como mostrou Vilma da Conceição Pinto, diretora da Instituição Fiscal Independente do Senado (IFI) na entrevista deste mês (ver pág. 12), a manutenção dos R$ 600 ampliará o gasto em torno de R$ 47,5 bilhões para 2023, e esse valor precisa ser acomodado dentro do teto, cortando outros gastos. "O que temos: na Previdência, não se consegue mexer. Em gasto com pessoal, também não. Ao contrário, a pressão por reajuste deve ser ainda maior no ano que vem. E as demais despesas obrigatórias, que estão dentro do teto, não deverão ter mudança significativa a ponto de compensar esses R$ 47,5 bilhões", descreve.

Para Botelho, a atual combinação de inflação e aumento da pobreza reduz as chances de um retorno, no curto prazo, da agenda de revisão da política de proteção social, com corte dos programas que já perderam eficiência em busca de uma racionalização de gastos. "Não vejo ambiente para uma reforma da estrutura de benefícios, já que esta vai gerar perda de renda para os atuais beneficiários", diz. Para Botelho, um primeiro item da lista de tarefas a partir de 2023 seria liderar algum tipo de reforma que viabilize a mudança das fórmulas de cálculo do benefício, ainda que com expansão de gastos, mas que visasse uma volta à progressividade da política. "Se levarmos em conta que em 2019, no Bolsa Família, estimava-se que cada R$ 10 bilhões reduzia a pobreza em 1 ponto percentual, com o orçamento que temos hoje a pobreza medida pela linha de US$ 1,90 deveria ser reduzida a zero. Mas não é para onde estamos caminhando", afirma. "E a solução para sustentar a política, no patamar de despesas em que se chegou, provavelmente será acomodá-la no orçamento com revisão do teto de gastos. E quem pagará a conta, no final, será o equilíbrio macroeconômico", diz, ressaltando que, mantendo-se como está, essa equação só fechará com elevação de carga tributária ou de dívida – ou, ainda, uma combinação de ambas. "O fato é que, na atual conjuntura, uma rodada de racionalização de despesas com revisão de políticas se reduz muito", reforça.

PB, por sua vez, considera que um caminho essencial para uma política equilibrada é a atualização do Cadastro Único. "Se tivermos um bom cadastro, parte das pessoas que

Participação (%) de cada tipo de renda na renda domiciliar *per capita* dos 10% mais pobres, por região



	Renda do trabalho		
	2019	2020	2021
Norte	47,4	48	41,2
Nordeste	22,9	26,8	16,2
Sudeste	72,6	56,7	61,5
Sul	75,1	62,3	71,6
Centro-Oeste	73,5	60,5	69,2

	Programas sociais		
	2019	2020	2021
Norte	48,4	45,8	54,6
Nordeste	71,6	67,2	80,2
Sudeste	12,5	31,8	24,7
Sul	9,5	22,3	13,5
Centro-Oeste	12,5	29,3	20,4

	Outros rendimentos		
	2019	2020	2021
Norte	4	6,1	4,2
Nordeste	5,4	6	3,7
Sudeste	14,9	11,6	13,8
Sul	15,4	15,4	14,9
Centro-Oeste	14,1	10,2	10,5

Fonte: FGV IBRE com microdados do IBGE.

Fundação Getulio Vargas
Veículo: Revista Conjuntura Econômica - SP
Data: 01/08/2022
Tópico: FGV Social
Página: Capa/30-39
Editoria: ESPECIAL

estão recebendo benefício deixará de receber, pois essas não ganham o que declaram. Com isso, se poderá, com o mesmo orçamento, até melhorar a distribuição do benefício entre os que mais precisam", diz. "E se com isso conseguirmos reduzir dramaticamente a desigualdade, esse programa pode até encolher", afirma, remetendo à ideia recorrente em suas apresentações, de que programa social bom é aquele que diminui no decorrer do tempo, provando sua eficácia. Por outro lado, ele defende a necessidade de se encarar as reformas necessárias para fazer com que o programa caiba dentro do orçamento. "De algum lugar esse recurso tem que sair, seja de um aprofundamento da reforma da Previdência; seja mexendo no conjunto de subsídios dados ao setor produtivo. E temos que ter certeza de que tiramos recursos de determinado lugar porque é mais importante estar no Auxílio Brasil. Ou seja: temos que saber de onde sai, e de onde sai tem que ser menos importante do que para onde vai."

Para Ricardo Paes de Barros, o Brasil se diferencia de outros países pela magnitude alcançada pelo setor informal.

Dono de seu bem-estar

A importância de se abrir espaço fiscal se dá não apenas para enquadrar o Auxílio Brasil no orçamento, afirmam os especialistas, mas para abarcar as demais demandas de uma agenda que vise combater a pobreza de forma estrutural de fato, e que incluem medidas no campo da educação e da reinserção laboral. Estudos realizados pelos pesquisadores em mercado de trabalho do FGV IBRE apontam a importância crescente da educação para a conquista de um bom emprego. Por exemplo, ao analisar o perfil dos desalentados – aqueles que estão fora dos índices de desemprego por deixarem de procurar uma vaga, mesmo querendo exercer uma atividade remunerada – mostram que mais de 60% não completaram o ensino médio, reforçando uma tendência crescente de redução dos grupos menos escolarizados no mercado de trabalho. "Na pandemia, sacrificamos drasticamente a população em idade escolar", lembra PB. Levantamento do Todos pela Educação com dados da Pnad Contínua no início deste ano mostrou que, nos domicílios, a avaliação era de que 71% dos estudantes que chegaram ao terceiro ano fundamental não sabiam fazer contas básicas de matemática, e 54% não tinham habilidades básicas de leitura. "Mais do que um impacto educacional, foi um impacto muito desigual, que afetou mais as crianças sem acesso digital e sem condições de estudar em casa", diz PB. Uma evidência nesse sentido vem do Censo Escolar, que apontou que alunos do ensino médio moradores na Região Norte registraram o dobro da taxa de abandono escolar observada na média nacional, com 10% em 2021.

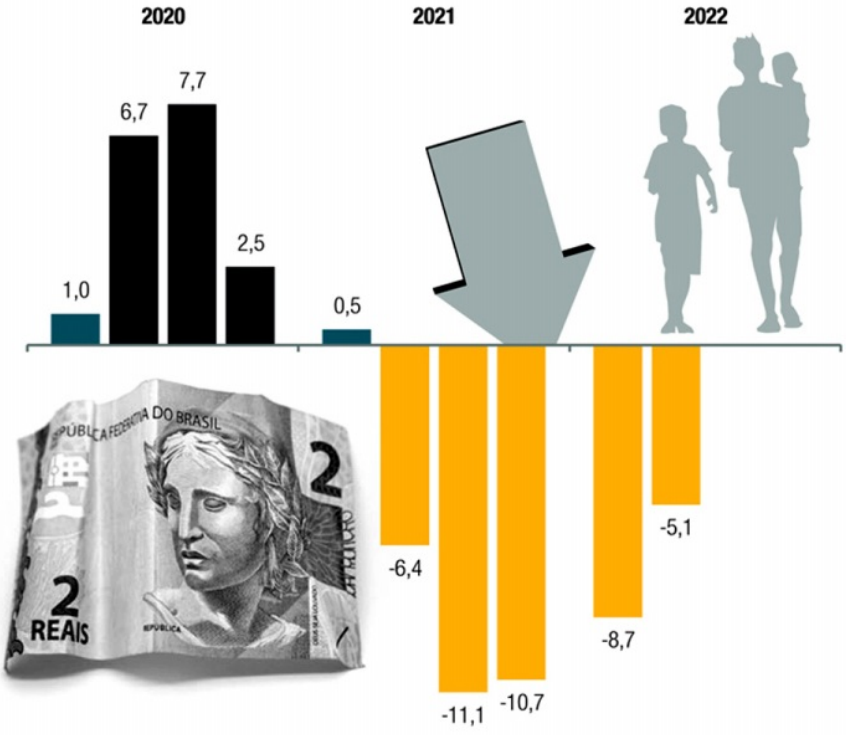
Recuperar essa perda e desenvolver o potencial desses jovens é chave para que estes não restrinjam seu horizonte laboral, futuramente, em atividades informais e de baixa produtividade – tema acompanhado com lupa pelo Observatório da Produtividade Regis Bonelli, do FGV IBRE (https://bit.ly/3PdHxfP) –, que lhes proverão baixa remuneração em um ambiente de extrema volatilidade. Para PB, essa dualidade presente no mercado de trabalho brasileiro, de coexistência do trabalho formal e informal, ganhou uma magnitude grave e cada

vez mais desafiadora. "Tornamos aceitável os pobres passarem décadas criando estratégias de sobrevivência no setor informal. No Brasil, essa prática correu muito mais solta do que em muitos países", diz. "Mas passada a pandemia, com a modernização e digitalização observadas, parte dessas atividades foi aniquilada, e essa informalidade improdutiva não vai conseguir voltar. Então temos um desafio de pegar essas pessoas e trazer para o século 21", diz.

Os pesquisadores do FGV IBRE têm colaborado para o debate em torno de soluções. Uma camada intermediária de apoio se reflete no documento que inspirou a proposta da Lei de Responsabilidade Social, de coautoria do pesquisador Fernando Veloso. Ela prevê uma poupança-seguro formada por um depósito mensal do rendimento do trabalho do beneficiário, sujeita a teto, que pode ser sacada em situações específicas de queda de renda, e que serviria de colchão para que os trabalhadores em situação de vulnerabilidade garantissem um suporte, como um seguro-desemprego. Uma segunda frente de colaboração é no campo das políticas de capacitação e intermediação de mão de obra, resumidas na Carta do IBRE de abril (https://bit.ly/3A4OtYm). Na frente da intermediação de mão de obra, os pesquisadores propõem aprimoramentos no Sistema Nacional de Emprego (Sine) divididos em dois eixos. O primeiro, de aumento de eficiência nesse trabalho com a incorporação de tecnologias digitais, "de modo a reduzir a assimetria de informação e aprimorar o mecanismo de pareamento (*matching*) entre empresas e trabalhadores". E, o segundo, a integração do Sine com empresas privadas de intermediação, que poderia ocorrer disponibilizando o acesso aos dados cadastrais desidentificados de trabalhadores inscritos no Sine, ou com a inclusão de agentes privados à rede de atendimento provida por estados e municípios, para atingir uma maior efetividade em sua ação.

Rendimento médio real de todos os trabalhos: lenta recuperação, com reflexo da composição

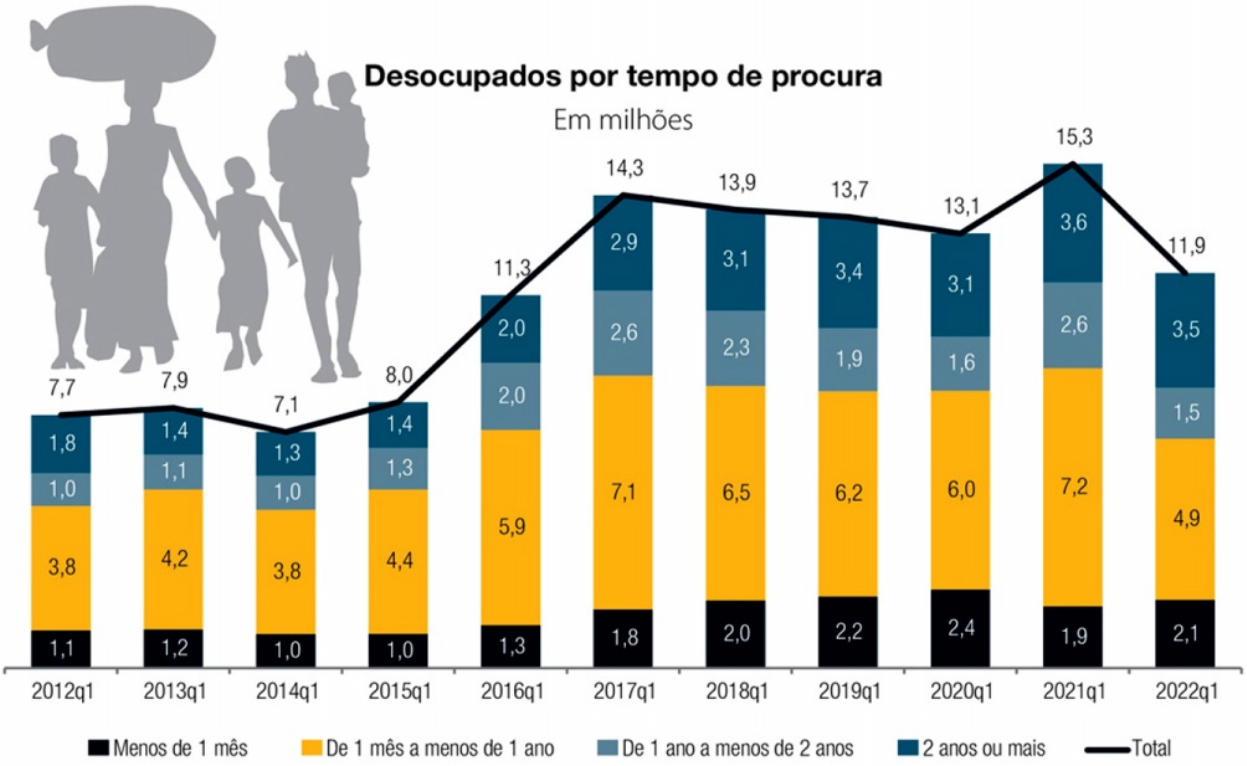
Variação (%) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior



Fonte: PNADC/IBGE.

Outra frente de contribuições registrada na Carta é no campo da qualificação, de aprimoramento da política do Pronatec-Mdic, que já mostrou resultados no aumento da empregabilidade. Uma proposta é melhorar a captura de informação sobre a demanda de qualificação profissional com a disponibilização de um *voucher* para as empresas que permita a capacitação de um futuro funcionário ou a requalificação de um empregado. Isso "evitaria que fosse oferecida qualificação profissional em competências nas quais as empresas não têm interesse em contratar", afirmam os pesquisadores. Outra política descentralizada é o contrato de impacto social – proposta no PLS 338/2018, que tramita no Senado –, na qual "a empresa contratada para ofertar o

Fundação Getulio Vargas
Veículo: Revista Conjuntura Econômica - SP
Data: 01/08/2022
Tópico: FGV Social
Página: Capa/30-39
Editoria: ESPECIAL



Fonte: Elaboração FGV IBRE com dados da Pnad Contínua (IBGE).

serviço somente seria remunerada se cumprisse uma meta de empregabilidade do grupo que realiza o curso de qualificação", descreve a Carta.

Paes de Barros considera importante a participação da sociedade civil, academia e setor produtivo, no desenvolvimento de tecnologias voltadas a essa reinserção. "O governo muitas vezes carece de tempo e capital humano suficientes para desenvolver esses métodos. E pode-se contar com uma série de organizações da sociedade civil para implementar essas ações. Até o próprio sistema S, desde que este baixe a bola para chegar no extremamente pobre. Os recursos, entretanto, terão que sair do governo, porque só ele será capaz de bancar a cifra necessária", diz.

Como aponta a Carta do IBRE desta edição (*ver pág. 6*), mesmo com a taxa de desemprego ter fechado o primeiro semestre no menor nível desde 2015, com 9,3% em junho, o mercado de trabalho brasileiro apresenta uma série de características que refletem um cenário de fragilidade, com rendimento baixo, taxa de participação ainda abaixo do nível pré-pandemia – se alcançasse a média de 2017-19, ainda estaríamos com desemprego de dois dígitos –, alto desemprego de longa duração. E com um horizonte sombrio, dada a inflação alta e estimativa de um ciclo intenso de alta de juros e retração econômica em 2023, de 0,3%, como aponta o Boletim Macro de julho. Elementos que tornam a tarefa de reinserção produtiva ainda mais complexa.

"Neste momento, é preciso uma política que acredite na capacidade dos brasileiros. Será preciso bastante dinheiro para fazer isso, e por enquanto ainda estamos olhando demais para a transferência de renda", diz PB. "Mas temos cerca de 10% de nossos trabalhadores com uma incrível dificuldade de se reinserir na economia, e não queremos tratar essas pessoas – entre elas, jovens adultos de 30 anos – para sempre como beneficiárias de transferência de renda", diz, defendendo uma visão mais humana do atual desafio de combate à pobreza. "Atualmente, jogamos fora o paradigma do desenvolvimento humano, mergulhados em uma política social que ou quer proteger as pessoas, ou quer o voto delas. Mas não podemos deixar de acreditar em seu potencial", conclui. Tal como o da Maria, que conhecemos no começo desta história, que aos 58 anos continua disposta a empreender, e a ajudar os demais a se reerguerem.